

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.235 - RJ (2019/0355917-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : DOUGLAS DOS SANTOS DE LIRA TINOCO (PRESO)  
**ADVOGADO** : ALEXANDRE BESSA CORDEIRO E OUTRO(S) - RJ219265  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**OUTRO NOME** : DANIELA FERNANDES COUTINHO

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por DOUGLAS DOS SANTOS DE LIRA TINOCO por contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n. 0055765-87.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, em 19/11/2018, pela suposta prática do crime de roubo majorado (arts. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do CP). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o TJRJ pugnando pela revogação da prisão do paciente por ausência de consciência do ato perpetrado pelos corréus. A ordem foi denegada pelo Tribunal de Justiça em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS. Artigos 157, §2º II, e §2º-A, I, c/c 29, ambos do Código Penal. Prisão preventiva decretada em 20/11/2018. Revogação. Substituição por medidas cautelares diversas da prisão. Relaxamento. Negativa de autoria. 1. Não se discute que a prisão é medida de exceção, a qual se justifica à vista da presença dos requisitos autorizadores previstos em lei, em especial os do artigo 312, do Código de Processo Penal, ensejando que, aquela decretada por decisão devidamente fundada em elementos e circunstâncias do caso concreto, e com base no citado dispositivo legal, não comporta revogação. No caso, trata-se de delito de natureza grave, mostrando-se necessária a manutenção da prisão cautelar para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, diante da presença dos indícios de materialidade e autoria do crime, valendo ressaltar que, eventuais condições subjetivas favoráveis ao agente, no caso dos autos, não comprovadas, não se mostram suficientes à concessão da pretendida liberdade, à presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, como reiteradamente vêm decidindo nossos Tribunais.*

*2. Paciente que não se enquadra nas hipóteses que*

*autorizam a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, permite a confirmação da custódia cautelar.*

3. *Em sede de processo penal, os prazos não devem ser o resultado de mera soma aritmética, mostrando-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade, para definir o excesso de prazo da prisão nos tempos modernos. O excesso de prazo que configura constrangimento ilegal é aquele causado pela inércia do Juízo, ao não dar andamento célere ao processo quando é possível fazê-lo, hipótese que não ocorre. Na hipótese, os autos aguardam o retorno das diligências requeridas pelo Parquet, para abertura de vista às partes em alegações finais.*

4. *Ao ora Paciente está sendo imputada a prática de crimes, em relação aos quais, há fortes indícios de materialidade e autoria, em razão até mesmo da prisão em flagrante, presentes, portanto, os requisitos legais à manutenção da prisão cautelar.*

5. *Anote-se, que, discussão a respeito da negativa de autoria é matéria que depende de análise de prova, a ser avaliada no momento da sentença.*

**ORDEM DENEGADA.**

Agora o recorrente interpõe o presente recurso sustentando que sua conduta é atípica por ausência de consciência do ato perpetrado pelos corréus, que frisam que ele era somente motorista de uber e não teria qualquer envolvimento com a prática criminosa.

Ressalta as circunstâncias pessoais que lhes são favoráveis.

Assegura inexistirem fundamentos concretos para a manutenção da sua prisão e aduz o excesso de prazo na formação da culpa.

Pleiteia, em liminar, a concessão de liberdade provisória, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, e imediata expedição de alvará de soltura em seu favor e, no mérito, a revogação da sua prisão preventiva.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator